

AGROPECUÁRIA CAMILA S.A.

Paranatinga - MT

CNPJ 02.298.704/0001-18

Relatório de Auditoria referente às Demonstrações Financeiras da empresa Agropecuária Camila S.A. - CNPJ nº 02.298.704/0001-18 publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 07/06/2018, página 194, e no Jornal Diário de Cuiabá em 08/06/2018, página A11.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da

Agropecuária Camila S/A.

Opinião

- Examinamos as demonstrações contábeis da Agropecuária Camila S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, Nota Explicativa e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. - Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Camila S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- Ativos fiscais Diferidos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia, em 2017, não provisionou os impostos fiscais diferidos sobre o prejuízo fiscal, devido a não perspectiva de lucros futuros. Desta forma também foram estornados as provisões constituídas até 2016, na devida importância de R\$ 4.752.978,02.

Ativos Fiscais Diferidos R\$ 4.752.978,02

Crédito de Imposto de Renda Diferido R\$ 3.488.483,82

Crédito de CSLL Diferido R\$ 1.264.494,20

- Instituições Financeiras

Conta sintética - Instituições Financeiras; Conta analítica - Empréstimos de Terceiros, ambas do mesmo grupo. De acordo com a nota explicativa nº 10, a Companhia efetuou contrato de Parceria Agrícola com a Empresa O TELHAR AGROPECUÁRIA LTDA., no montante de R\$ 4.281 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil reais), datado de 20/07/2010, com prazo de duração de 12 (doze) anos agrícolas, para o cultivo da safra 2010/2011 até 2021/2022. O contrato foi quitado no decorrer do ano de 2017. Em 16/09/2010, a Companhia efetuou o primeiro aditivo ao Contrato de Parceria Agrícola, com a alteração das cláusulas de remuneração, alterando-as para 24 (vinte e quatro) sacas de soja a fim de compor locação de máquinas e operadores. Durante o período de 2016, a Companhia adquiriu um empréstimo junto ao Ari Giongo no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), a título de suprimento de caixa para as operações. Em 2017 a Companhia aumentou a dívida em R\$ 15.108.303,00 (Quinze milhões, cento e oito mil, trezentos e três reais).

Empréstimos e Financiamentos R\$ 4.554.836,82

O Telhar Agropecuária Ltda. R\$ 495.646,82

Empréstimos de Terceiros R\$ 4.059.190,00

- Cultura da Soja em Formação/ Ativo Biológico

Com base na Nota Explicativa nº 7, Cultura em formação refere-se aos custos de formação da lavoura de soja safra que é composta de gastos com pessoal, insumos, manutenção operacional, depreciação dos bens utilizados na atividade operacional. No exercício de 2017, realizou-se todo o estoque disponível até a data base 31/12/2017. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Em milhares de reais)

Cultura em formação	31/12/2017	31/12/2016
No início do período	2.928	2.322
(+/-) Movimentações do período (2.928)	606	
	-	2.928

O estoque de Rebanho Bovino trata-se de bens disponíveis para realização imediata. (A) O saldo apresentado em 2017 e 2016, em "Rebanho Bovino", classificado no grupo contábil. "Ativo Biológico" refere-se a novilhos precoces para abate, gados reprodutores e matrizes. A reclassificação contábil dos gados reprodutores e matrizes do grupo imobilizado para ativo biológico ocorreu devido às exigências das novas estruturas das demonstrações financeiras, das implantações dos critérios da contabilidade internacional, exigida pelo IFRS (International Financial Reporting Standard), representado no Brasil pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), responsável pela regulamentação das normas no Brasil, que através do conceito definido no CPC 29 Ativo Biológico e Produtos Agrícolas, determina que os animais vivos sejam reconhecidos pela rubrica ativo biológico e produtos agrícolas, dentro do grupo ativo não circulante.

Rebanho Bovino	31/12/2017	31/12/2016
No início do período	3.347	3.254
(+/-) Movimentações do período (716)	93	
	2.631	3.347
	2.631	6.275

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agropecuária Camila S/A de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

- Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- Fornecedores

Os fornecedores foram liquidados até o dia 31/12/2017.

- Ajuste de Avaliação

Realizou-se a reversão de ajuste do valor justo de bovinos, no valor de R\$ 18.862.758,64.

Ajuste de Avaliação	2017	2016
---------------------	------	------

Saldo R\$ (18.862.758,63) R\$ (16.269.017,91) R\$ 2.593.740,72

Outros assuntos

- As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram auditadas por nós, nem por outros auditores.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agropecuária Camila S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 08 de junho de 2018.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo

Contador CRC/PA 002671/O-3

Auditor Independente CNAI N°-171

IBRACON N°-3715

CVM 4677

Código de autenticação: 4ed89c61

Consulte a autenticidade do código acima em https://iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar